



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A5/S1

Proc.: 223.877/19-e

**Processo nº:** 223.877/19-e

**Jurisdicionada:** Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

**Assunto:** Edital de Concurso Público

**Órgão Técnico:** Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE

**MPC:** Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

**Publicação:** Pauta dispensada (art. 116, § 5º, inciso V do Regimento Interno do TCDF), recebido no dia 5.2.2020 às 13h54min

**Ementa:** Exame do Edital nº 1/2019, lançado pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, visando à abertura de concurso público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal.

Fixação de prazo para a correção de inconsistências, sem prejuízo do regular seguimento do certame (Decisão Liminar nº 12/2019-P/AT, referendada pela Decisão nº 1/20-CMA). Juntada de documentos.

PARECERES CONVERGENTES pelo cumprimento parcial do **decisum**, reiteração do item não cumprido e nova diligência em razão da publicação da Lei nº 6.488/20.

VOTO de acordo com os Pareceres.

### RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame do Edital nº 1/2019<sup>1</sup>, lançado pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, visando à abertura de concurso público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal (e-doc EAE8357-e).

2. Por intermédio da Decisão Liminar nº 12/2019-P/AT<sup>2</sup> (e-doc 6BE410B0-e), de 23.12.2019, a Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Presidente tomou conhecimento

<sup>1</sup> Publicado no DODF de 5.12.2019, fls. 42/55.

<sup>2</sup> Decisão Liminar nº 12/2019-P/AT referendada pela Corte por meio da Decisão nº 1/20-CMA (e-doc 615997D4-e)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A5/S1

Proc.: 223.877/19-e

do edital e determinou à jurisdicionada que, no prazo de 10 (dez) dias:

- a) inserisse no edital normativo a possibilidade de interposição de recurso contra o resultado da avaliação biopsicossocial prevista no subitem 5.6, fixando prazo para tanto;
- b) excluísse do edital o subitem 10.12.7, que contraria não apenas os termos do art. 59 da Lei DF nº 4.949/2012, como também as adequadas disposições do subitem 10.11.2, que contemplou o ajuste proporcional ao sistema de pontuação em caso de anulação de questão das Provas Objetivas;
- c) retificasse o subitem 11.7.2 para deixar claro que os candidatos não convocados para a prova discursiva, na forma do subitem 11.7.1, bem como aqueles que, convocados, não a realizarem estarão eliminados e não terão classificação alguma no certame;
- d) retificasse os subitens 11.8.6, 15.19 e 16.15 para estabelecer o prazo de 10 dias úteis para interposição dos recursos neles previstos, conforme disposto no § 1º do art. 55 da Lei nº 4.949/12, relativamente aos resultados provisórios da prova discursiva, da avaliação psicológica e da sindicância da vida pregressa e investigação social, respectivamente;
- e) retificasse o subitem 14.2.1, na forma do art. 42-A da Lei DF nº 4.949/12, com a redação dada pela Lei nº 6.392/19, disponibilizando aos candidatos, para efeito de recurso, o registro, também, da gravação do teste de corrida de 12 minutos;
- f) promovesse alterações ao longo do edital normativo para, em atendimento ao comando do art. 10, inciso X, da Lei DF nº 4.949/12, com a redação dada pela Lei DF nº 6.074/18, fazer constar as datas prováveis de divulgação dos resultados das diversas fases e etapas do certame, inclusive resultado final, previsão feita somente em relação às Provas Objetivas e Discursiva;
- g) inserisse no edital expressa previsão de possibilidade de interposição de recurso contra os resultados provisórios da



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A5/S1

Proc.: 223.877/19-e

prova prática de digitação, dos exames biométricos e avaliação médica, assim como do Curso de Formação Profissional, em obediência ao disposto no art. 55, § 1º, da Lei local nº 4.949/12, indicando o prazo de 10 dia úteis para tanto; e

h) fizesse constar do edital o cronograma para as nomeações dos candidatos aprovados no concurso, a teor do art. 10, inciso II, **in fine**, da Lei DF nº 4.949/2012.

3. Cientificada do **decisum** em 26.12.2019, a Polícia Civil do DF encaminhou os Ofícios nºs 17 e 41/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (e-docs CEA65A12-c e 5CFAAC96-c) informando que as retificações determinadas foram levadas a efeito pelos Editais nºs 2 e 3 – PCDF, publicados nos DODF's de 24.12.2019 (pág. 64) e 20.1.2020 (págs. 36/37), conforme consta do e-doc 12F488A6-c.

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTÓRIO

4. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 10/2020-DIFIPE3 (e-doc 84DFC1B2-e), de 28.1.2020, analisa a matéria, nos termos seguintes:

*“4. Com efeito, analisando os referidos editais, verificamos que, à exceção da determinação contida no item II, “h” (inserção do cronograma de nomeações), da referida decisão liminar, as demais foram efetivadas, valendo destacar que a maioria das retificações, relativas a prazos para interposição de recursos e datas prováveis de divulgação de resultados constam do cronograma detalhado do concurso (Anexo V).*

*5. Com relação ao cronograma de nomeações, foi inserido no edital normativo do certame o subitem 20.6 (Edital nº 2 – PCDF), o qual tão somente esclarece que “a nomeação dar-se-á conforme interesse da Administração, respeitando-se o limite de vagas e seguindo rigorosamente a ordem de classificação final, respeitados os critérios para os candidatos com deficiência e para os candidatos negros”, e que, à evidência, não atende ao disposto no art. 10, inciso II, in fine, da Lei DF nº 4949/2012, pois não se desconhece que, durante o prazo de validade do concurso, os provimentos dos cargos são conduzidos pelo poder discricionário da Administração, conduzido pelo juízo de conveniência e oportunidade da autoridade*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A5/S1

Proc.: 223.877/19-e

competente.

6. Em nosso ver, o que a referida norma pretende é esclarecer aos candidatos quantos serão nomeados, por exemplo, em determinado semestre, ou ano, ou qualquer outro lapso temporal. Assim, necessária se faz nova diligência para que seja inserido o mencionado cronograma, esclarecendo a PCDF que o mesmo é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário.

7. Analisado o cumprimento da diligência em comento, cumpre trazer à baila a edição da Lei nº 6488/2020, publicada no DODF de 17/01/2020, que acrescentou o art. 16-A à Lei nº 4949/2012, in litteris:

*“LEI Nº 6.488, DE 14 DE JANEIRO DE 2020*

*(Autoria do Projeto: Deputado Claúdio Abrantes)*

*Acrésceta o art. 16-A à Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.*

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

*Art. 1º A Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, é acrescida do art. 16-A com a seguinte redação:*

**Art. 16-A. Os candidatos que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame não podem ser considerados eliminados.**

**Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se aos concursos em andamento e aos certames que se encontram dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação.**

*Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.” (grifos acrescidos)*

8. Percebe-se, assim, que o novel diploma põe fim, no âmbito do DF, às **cláusulas de barreiras finais** que normalmente integram os editais normativos de concursos, considerando eliminados aqueles candidatos que nelas não se enquadrem.

9. Assim, no que tange ao presente certame, o referido diploma



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A5/S1

Proc.: 223.877/19-e

*legal impõe a exclusão do subitem 19.1.5, que considera eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional – CFP nas classificações que especifica, sendo nesse sentido, portanto, a sugestão.*

*10. Por outro lado, permanece hígida a cláusula de barreira intermediária prevista no subitem 11.7.2 do edital em exame, em face da limitação do número de provas discursivas a serem corrigidas (considerando eliminados aqueles candidatos, cujas provas discursivas não tenham sido corrigidas), eis que a própria Lei nº 4949/2012, em seu art. 16, parágrafo único, dispõe que o edital “pode limitar a quantidade de participantes da etapa seguinte a determinada quantidade de candidatos por vaga, observada a ordem de classificação”*

5. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

*“I – tomar conhecimento dos Ofícios nºs 17 e 41/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (Peças 11 e 15), encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, considerando parcialmente cumprida a Decisão Liminar nº 012/2019 – P/AT, referendada pela Decisão nº 1/2020;*

*II – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 10 (dez) dias, relativamente ao Edital n.º 1 – PCDF, publicado no DODF de 05/12/2019:*

*a) inclua o cronograma de nomeações (número de provimentos por determinado lapso temporal, por exemplo), conforme exige o art. 10, II, in fine, da Lei n.º 4949/2012, esclarecendo à jurisdicionada que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário, tendo em vista que o disposto no subitem 20.6, incluído no edital normativo pelo Edital 2 – PCDF (DODF de 24/12/2019), não atende ao referido dispositivo legal;*

*b) exclua do edital o subitem 19.1.5, que considera eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional – CFP nas classificações que especifica, em obediência ao art. 16-A da Lei nº 4949/2012, acrescido pela Lei nº 6488/2020, publicada no DODF de 17/01/2020;*

*III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para o acompanhamento do certame.”*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A5/S1

Proc.: 223.877/19-e

**MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

6. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 68/2020-GPG (e-doc F32A65D9-e), de 3.2.2020, da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, aquiesce à proposta da Unidade Instrutória.

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A5/S1

Proc.: 223.877/19-e

### VOTO

7. Nesta fase, examina-se o cumprimento da Decisão Liminar nº 12/2019-P/AT<sup>3</sup> (e-doc 6BE410B0-e), referendada pela referendada pela Decisão nº 1/20-CMA de e-doc 615997D4-e, que determinou à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF a correção dos seguintes itens do Edital nº 1/2019<sup>4</sup> (e-doc EAAEE8357-e):

a) inserir no edital normativo a possibilidade de interposição de recurso contra o resultado da avaliação biopsicossocial prevista no subitem 5.6, fixando prazo para tanto;

b) excluir do edital o subitem 10.12.7, que contraria não apenas os termos do art. 59 da Lei DF nº 4.949/2012, como também as adequadas disposições do subitem 10.11.2, que contemplou o ajuste proporcional ao sistema de pontuação em caso de anulação de questão das Provas Objetivas;

c) retificar o subitem 11.7.2 para deixar claro que os candidatos não convocados para a prova discursiva, na forma do subitem 11.7.1, bem como aqueles que, convocados, não a realizarem estarão eliminados e não terão classificação alguma no certame;

d) retificar os subitens 11.8.6, 15.19 e 16.15 para que estabeleçam o prazo de 10 dias úteis para interposição dos recursos neles previstos, conforme disposto no § 1º do art. 55 da Lei nº 4.949/2012, relativamente aos resultados provisórios da prova discursiva, da avaliação psicológica e da sindicância da vida pregressa e investigação social, respectivamente;

e) retificar o subitem 14.2.1 para que, na forma do art. 42-A da Lei DF nº 4.949/2012, com a redação dada pela Lei nº 6.392/2019, disponibilize aos candidatos, para efeito de recurso, o registro, também, da gravação do teste de corrida de 12 minutos;

<sup>3</sup> Decisão Liminar nº 12/2019-P/AT referendada pela Corte por meio da Decisão nº 1/20-CMA (e-doc 615997D4-e)

<sup>4</sup> O Edital nº 1/2019 é relativo ao concurso público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal Publicado no DODF de 5.12.2019, fls. 42/55.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A5/S1

Proc.: 223.877/19-e

f) promover alterações ao longo do edital normativo para que, em atendimento ao comando do art. 10, X, da Lei DF nº 4.949/2012, com a redação dada pela Lei DF nº 6.074/2018, faça constar as datas prováveis de divulgação dos resultados das diversas fases e etapas do certame, inclusive resultado final, previsão feita somente em relação às Provas Objetivas e Discursiva;

g) inserir no edital expressa previsão de possibilidade de interposição de recurso contra os resultados provisórios da prova prática de digitação, dos exames biométricos e avaliação médica, assim como do Curso de Formação Profissional, em obediência ao disposto no art. 55, § 1º, da Lei local nº 4.949/2012, indicando o prazo de 10 dia úteis para tanto; e

h) fazer constar do edital o cronograma para as nomeações dos candidatos aprovados no concurso, a teor do art. 10, inciso II, in fine, da Lei DF nº 4.949/2012.

8. A Unidade Instrutória, após analisar os Ofícios nºs 17 e 41/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (e-docs CEA65A12-c, 5CFAAC96-c e 12F488A6-c), sugere o atendimento parcial do **decisum**, a reiteração do inciso II, alínea “h” e comunicação à jurisdicionada acerca da necessidade de modificar o edital<sup>5</sup> em razão da publicação da Lei nº 6.488/20 no DODF de 17.1.2020.

9. O Ministério Público de Contas, por seu Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, aquiesce integralmente à proposta da Instrução.

10. Passa-se à apreciação.

11. Preliminarmente, destaca-se que atuo nos autos em substituição ao nobre Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, Relator Vinculado, na forma do Termo de Distribuição de Processos nº 5/2020 (e-doc 878AB735-e).

12. No que tange ao cumprimento das diligências determinadas pelo Tribunal, acertado o entendimento esposado pelos Pareceres. Em

---

<sup>5</sup> Referida norma, conforme expressamente disposto em seu art. 2º, deve ser aplicada aos concursos em andamento e aos certames que se encontram dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A5/S1

Proc.: 223.877/19-e

divergência com o que fora afiançado pelo Sr. Diretor-Geral em exercício da Polícia Civil do DF no Ofício nº 41/2020 – PCDF/DGPC/ASS (e-doc 5CFAAC96-c), não houve cumprimento integral da Decisão Liminar nº 12/2019-P/AT por meio dos Editais nºs 2 e 3 (publicados nos DODF's de 24.12.2019 e 20.1.2020).

13. Com efeito, não consta das publicações um **cronograma** para as nomeações dos candidatos aprovados no concurso, a teor do que dispõe o art. 10, inciso II, da Lei nº 4.949/2012, **in verbis**:

*“Art. 10. O edital normativo do concurso deve conter: (...)*

*II – identificação do cargo público, requisitos para investidura, suas atribuições sumárias, região de interesse, turno de trabalho, legislação aplicável, vencimentos e quantidade de vagas a serem providas, com a especificação das vagas reservadas à pessoa com deficiência, bem como o **cronograma para as nomeações**,”*  
*(grifei).*

14. Em prestígio à informação e transparência aos administrados, como bem ressaltou o Ministério Público, não cabe ao órgão jurisdicionado ou a esta Corte de Contas fazer qualquer juízo de valor a respeito da conveniência e/ou oportunidade de inserir o cronograma de nomeações no corpo do edital normativo. É determinação legal e **deve ser cumprida**, com a ressalva, é claro, de que referido **cronograma não é imutável**, sendo passível de alteração a qualquer tempo para adaptar-se às condições econômicas, financeiras e orçamentárias da Administração.

15. Ademais, com a aprovação e publicação da Lei nº 6.488/20, que acrescentou o art. 16-A à Lei nº 4.949/12<sup>6</sup>, foi **superada a cláusula de barreira final**, devendo o edital ser ajustado à novel legislação, posto que aplicável aos concursos em andamento<sup>7</sup>.

Ante o exposto, em harmonia com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos Ofícios nºs 17 e 41/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (e-docs CEA65A12-c, 5CFAAC96-c e 12F488A6-c), encaminhados pela Polícia Civil

<sup>6</sup> Lei nº 4.949/12, Art. 16-A. Os candidatos que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame não podem ser considerados eliminados.

<sup>7</sup> Lei nº 6.488/20, Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se aos concursos em andamento e aos certames que se encontram dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A5/S1

Proc.: 223.877/19-e

do Distrito Federal – PCDF;

II. tenha por parcialmente cumprida a Decisão Liminar nº 012/2019 – P/AT, referendada pela Decisão nº 1/2020;

III. determine à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 10 (dez) dias, relativamente ao Edital nº 1 – PCDF, publicado no DODF de 5.12.2019:

a) inclua o cronograma de nomeações (número de provimentos por determinado lapso temporal, por exemplo), conforme exige o art. 10, inciso II, **in fine**, da Lei nº 4949/12, esclarecendo à jurisdicionada que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas, financeiras e orçamentárias da Administração, se assim for necessário, tendo em vista que o disposto no subitem 20.6, incluído no edital normativo pelo Edital 2 – PCDF (DODF de 24.12.019), não atende ao referido dispositivo legal;

b) exclua do edital o subitem 19.1.5, que considera eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional – CFP nas classificações que especifica, em obediência ao art. 16-A da Lei nº 4949/12, acrescido pela Lei nº 6488/20, publicada no DODF de 17.1.2020;

IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para o acompanhamento do certame.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2020.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição de cópias antecipadas